



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

ARACAJU, JANEIRO DE 2016



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A) AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

1. – CARACTERIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ÓRGÃO

2. – PRINCIPAIS AÇÕES

2.1 – Desenvolvimento de Recursos Humanos

2.2 – Ações Operacionais

2.2.1 – Atividades Relacionadas a Secretaria de Apoio

2.2.2 - Atividades Relacionadas a Divisão de Acomp. de Gestão

2.2.3 - Atividades Relacionadas à Divisão de Auditoria

2.3 – Outros Trabalhos Realizados

3. – CONSIDERAÇÕES FINAIS



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

APRESENTAÇÃO

O controle interno é o departamento de controle do Poder Judiciário Estadual, criado em fevereiro de 2003, com organização e competências definidas através da Lei nº 4.701, de 24 de dezembro de 2002, tendo sido definidas suas atribuições pelo Ato n. 1623 da Presidência, em abril de 2003.

Através da Lei n.º 6.925 de 24 de Maio de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 25 de maio de 2010, o Controle Interno foi reestruturado com a criação de 03 (três setores) para atender melhor as demandas internas como também a dos órgão fiscalizadores.

Segundo o artigo 36 dessa última lei, o órgão tem a competência e responsabilidade pelo planejamento, coordenação e supervisão das atividades de Controle Interno do Tribunal de Justiça, cabendo ainda a orientação de procedimentos disciplinados pela legislação concernente a gestão financeira, patrimonial e de licitações, de conformidade com o disposto no Art. 72 da Constituição Estadual, atuando como Órgão Central do respectivo Sistema.

Para ratificar essa finalidade, o departamento de controle interno, implementou ações no sentido de estabelecer o controle do gasto público. A maior preocupação deste departamento foi seguir as determinações da Presidência e do Conselho Nacional de Justiça com referencia a implementação de melhorias da gestão em conformidade com a Resolução n. 171/2013 , do CNJ.

As ações básicas deste Departamento de controle podem ser sumarizadas nos seguintes pontos: implementação de boas práticas administrativas, cronograma e plano quadrienal de auditorias e realização das mesmas.

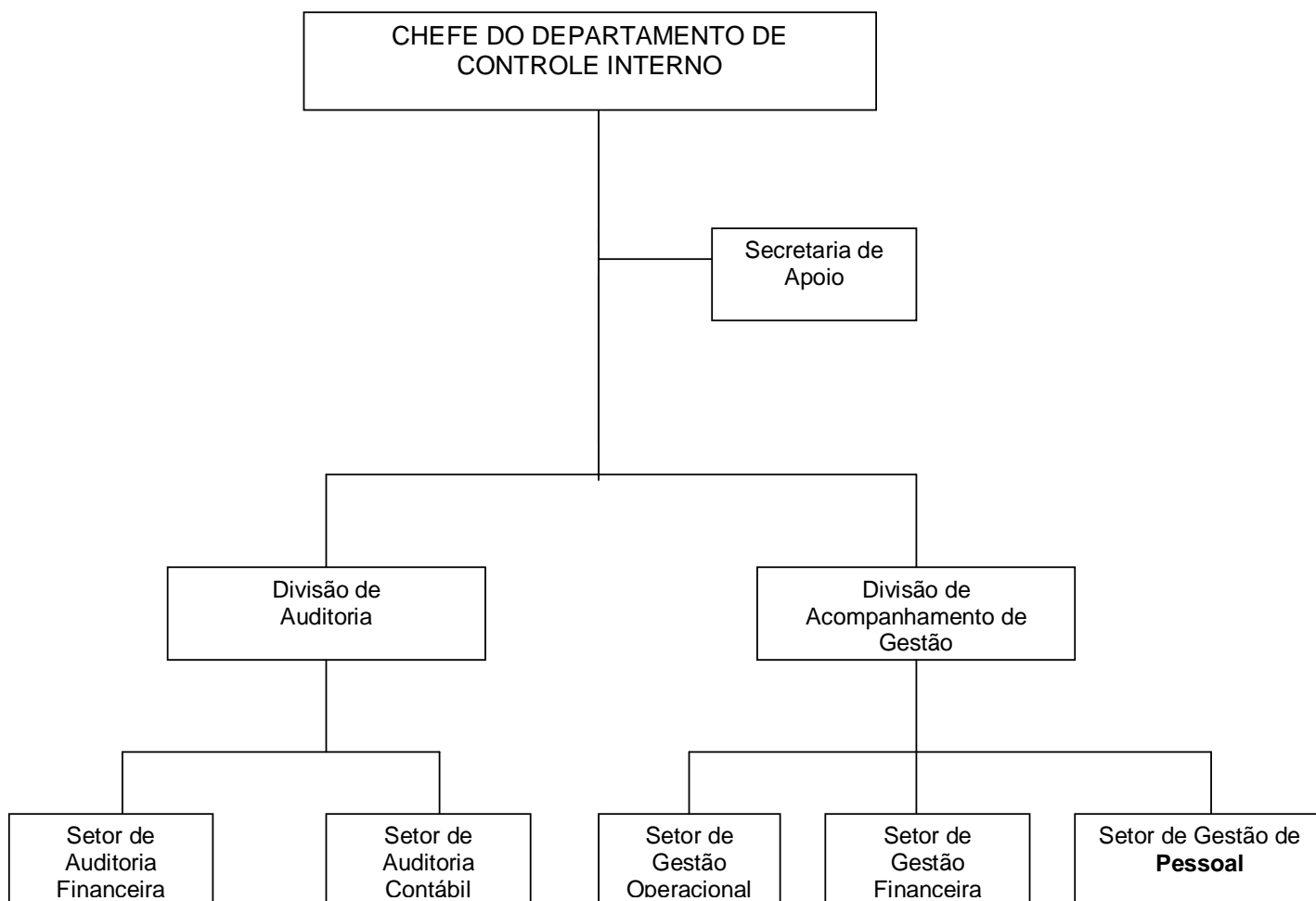


A) AÇÕES DESENVOLVIDAS

1 - CARACTERIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ÓRGÃO

Compete o exercício pleno do controle e assessoria Contábil, orçamentária, e patrimonial do Poder Judiciário, quanto à legalidade, economicidade, visando à verificação da exatidão e regularidade das contas e a boa execução do orçamento, bem como de outras atividades necessárias ao cumprimento de suas atividades.

1.1 - ESTRUTURA





Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

2 - PRINCIPAIS AÇÕES

2.1 - RECURSOS HUMANOS

Em 2015, este Tribunal de Justiça remanejou alguns servidores das atividades administrativas para atividade fim - judiciária e com isso este Departamento antes com 15(quinze) servidores, atualmente possui 12 (doze) servidores, sendo um Chefe do Departamento, uma secretaria de apoio, 06(seis) servidores lotados na Divisão de Acompanhamento de Gestão e 04 na Divisão de Auditoria. Ressalta-se, que ainda estamos outro servidor da área de Tecnologia para o cumprimento das boas práticas administrativas orientadas pelo CNJ.

No que se refere ao processo contínuo de atualização do conhecimento e desenvolvimento do corpo funcional, os servidores do departamento de controle interno no período a que se refere este relatório, participou de 10 (dez) cursos , sendo 04 promovidos pela Ejuse (Escola Judicial do Estado de Sergipe) e 06 por diversas instituições custeados por este Tribunal envolvendo as áreas administrativas e técnicas conforme discriminação abaixo.

CURSOS REALIZADOS			
INTERNOS	QTA. DE SERVIDORES TREINADOS	EXTERNOS	QTA. DE SERVIDORES TREINADOS
1 - LICITAÇÕES E CONTRATOS	05	1 - PLANEJ. E ORÇAMENTO	
2 - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	01	2 - RESCISÕES TRABALHISTAS	03
3 - LINGUA PORTUGUESA	02	3 - AUDI II -ÓRGÃOS PÚBLICOS	02
4 - REDAÇÃO OFICIAL	01	4 - ADITIVOS CONTRATUAIS	01
		OBRAS	01
		5 - SEMINÁRIO DE CONT. E	02
		CUSTOS	01
		6 - CONTROLE INTERNO	
Total	09	Total	10

2.2 - AÇÕES OPERACIONAIS

Os dados das principais ações executadas por este departamento estão detalhados por setor/atividade, conforme descrição abaixo:



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

2.2.1 – SECRETARIA DE APOIO

- 1 – Encaminhamento de informações solicitadas pelos diversos setores deste Tribunal - cadastro no sistema protocolo;
- 2 – Seis requisições de material de consumo ;
- 3 – Controle e emissão de ofícios - foram emitidos 58 ofícios ;
- 4 - Arquivos - encaminhamento de documentos , balancetes e ofícios dos anos anteriores para arquivo geral do Tribunal .

2.2.2 – DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO

Possui como função básica o acompanhamento das atividades internas do Tribunal de Justiça, através de análises de processos administrativos relativos a gestão orçamentária, processos licitatórios, processos de concessão e comprovação de suprimentos de fundos, bem assim como os atos de gestão de pessoas, auxiliando o TCE e CNJ no cumprimento de suas determinações. A Divisão de Acompanhamento de Gestão executou as seguintes atividades:

- 1 – Análise de processos de suprimento de fundos:

Não houve concessão de suprimento de fundos referente ao ano de 2015 por ordem da Presidência deste Tribunal. Este Departamento sugeriu à Presidência modificações na Instrução Normativa nº 03/2011.

- 2 – Análises de processos de dispensas de licitação;

ANO	PROCESSOS ANALISADOS
2015	71

Fazendo um comparativo com o ano de 2014, os processos de pagamentos através de dispensas reduziram em quase 60%, o que demonstra que este Tribunal de Justiça utiliza o planejamento para realizar suas aquisições.

- 3– Análises de processos de adesão de ata de registro de preço;



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

ANO	PROCESSOS ANALISADOS
2015	01

4 - Análises de Convites , Concorrências, Tomadas de preços e Pregão

MODALIDADES	PROCESSOS ANALISADOS
Convites	02
Tomada de Preços	01
Concorrências	-
Pregão	107

Do total analisado , 25 (vinte e cinco) diligências foram emitidas para adequação do processo licitatório;

4 – Atendimento as consultas dos Técnicos, Assessores e coordenadores como por exemplo, retenções , isenções e imunidades tributárias, classificação orçamentária de despesa e outros procedimentos administrativos;

5 – Consolidação e envio mensal das informações geradas pelos sistemas Menthor e ERP ao TCE, através do Sistema de Auditoria Pública - SISAP;

6 - Acompanhamento dos contratos e termos aditivos, celebrados pelo Tribunal de Justiça.

7 - Subsídios a Divisão de Auditoria no que se refere aos trabalhos de auditorias;

8 -Emissão de recomendações as unidades deste Tribunal, visando as boas praticas administrativas.



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

2.2.3 – DIVISÃO DE AUDITORIA

Tendo como função básica à promoção, coordenação e execução das atividades de auditoria contábil e orientada pelo CNJ seguindo os objetivos institucionais, a Divisão de Auditoria executou as seguintes atividades:

- 1 - Adequação do Plano Quadrienal de Auditoria (2014-2017) aprovado pela presidência;
- 2 - Análise e assessoramento junto a Diretoria Financeira referente Prestação de Contas deste Tribunal encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;
- 3 - Acompanhamento dos atos administrativos, através de leitura do Diário Oficial do Estado, verificando as publicações das Leis, Decretos, Portarias, Instruções Normativas, Convênios etc.;
- 4 - Atendimento as consultas dos Técnicos, Assessores e coordenadores, como por exemplo, classificação orçamentária de despesa, cálculo de tributos, planilhas de custos nas licitações, calculo de superávit financeiro do FERD e outros procedimentos administrativos;
- 5 - Elaboração e encaminhamento ao TCE o Relatório Trimestral de Auditoria;
- 6 - Auditorias por iniciativa deste Departamento de Controle e as compartilhadas com o CNJ, conforme cronograma de Auditoria Interna (em anexo);
- 7 - Acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal;
- 8 – Análise de balancetes, assim detalhados:



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Tribunal de Justiça	Quantidade de balancetes analisados em 2015
Balancetes	11

Fundo Especial de Recursos e de Despesas	Quantidade de balancetes analisados em 2015
Balancetes	11

9 - Acompanhamento das informações alimentadas no Menthor e no ERP, referente a pessoal, contábil e financeiras;

10 - Acompanhamento da comissão de avaliação de bens no que se refere aos procedimentos contábeis de depreciação e ajustes no patrimônio deste Tribunal de Justiça;

11 - Acompanhamento das alterações de parâmetros contábeis e relatórios constantes na Prestação de Contas conforme Portaria STN n. 828/2011;

12 - Elaboração de cronograma e acompanhamento de atividades para o Fechamento do Balanço Patrimonial de 2015;

13 - Respostas de Diligências e mandados de citação do TCE e demandas do CNJ;

14 - Acompanhamento do Planejamento Estratégico;



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

15 - Assessoramento a Secretaria de Tecnologia da Informação e confecção de planilhas com relação ao cumprimento da Orientação do CNJ quantos aos procedimentos para revisão dos contratos que envolvem serviços conforme art. 7º da Lei 12.546/2011 e acórdão TCU 2.859/2013 referente aos cálculos de desoneração de folha de pagamento para os contratos de TI e Engenharia;

16 - Padronização das diretrizes das atividades de Controle Interno o qual resultou na publicação da portaria 71/2015;

17 - Adequação dos processo administrativos sujeitos à fiscalização por este Departamento, o qual resultou a publicação da Portaria n. 72/2015;

18 - Adequação e aprovação da Presidência referente ao Plano Anual de Auditoria deste Departamento para o exercício de 2016.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo que foi demonstrado, o Departamento de Controle Interno busca atingir seus objetivos no cumprimento de suas atribuições Constitucionais , além dos atos normativos Internos e as Resoluções expedidas pelo CNJ.

Sirley Maclaine da Graça
Chefe de Divisão de Auditoria

Durval Almeida Bidegain
Chefe de Divisão de Acompanhamento de Gestão

Pablo Roberto Nascimento Moreira
Chefe de Departamento de Controle Interno
Em exercício



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Relatórios de auditorias realizadas

Período de Realização	Unidade Auditada	Objeto	Forma
2015	Obras	Auditoria em contratos de obras públicas, a qual abordou as questões relacionadas a) a previsão da obra de acordo com a Resolução CNJ n. 114/2010;b) ao procedimento licitatório regular com a Resolução CNJ n. 114/2010;c) a formalização do contrato em obediência aos preceitos da Resolução n. 114/2010 e conformidade em sua execução.	Direta
	Ejuse	Verificação do cumprimento da Lei nº 7.520, de 26 de dezembro de 2012, que cria a Escola Judicial do Estado de Sergipe, bem como se suas práticas operacionais da estão de acordo com o Regimento Interno da Escola, aprovado pela Resolução do TJSE nº 06/2014	Direta
	Ouvidoria	Resposta ao questionário do CNJ sobre Lei 12.527/2011 quanto ao acesso a informação e transparência .	Integrada/ Compartilhada
	Secretaria de Finanças e Orçamento	Análise do processo de prestação de contas do FERD e TJ/SE.	Direta
	Tecnologia da Informação	Auditoria com referencia aos questionamento do CNJ.	Integrada/ Compartilhada